

## Projeto que altera IR vai a voto hoje sem acordo na Câmara

Relator reúne-se com Guedes e conversa com deputados, mas descarta mudar parecer

Por Raphael Di Cunto e Fabio Graner — De Brasília

17/08/2021 05h01 Atualizado há 5 horas



Efraim Filho: líder do DEM que articulou adiamento na semana passada ainda luta para negociar alterações no texto e quer gatilho na taxação de dividendos  
Foto: Washington Costa/ Ministério da Economia - 24/9/2020

O relator da reforma do imposto de renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirmou ao Valor que não divulgará um novo parecer nem deve fazer novas alterações na proposta, cuja última versão foi protocolada na quinta-feira. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer votar o projeto em plenário hoje.

Sabino reuniu-se com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e conversou por telefone e videoconferência com parlamentares ao longo do fim de semana para tentar finalizar os acordos políticos em torno do projeto. Na quinta-feira, a proposta saiu de pauta após diversos partidos pedirem o adiamento para negociar ajustes ao texto - que teve outro parecer divulgado naquele mesmo dia à noite.

Principal articulador do adiamento na semana passada, o líder do DEM, deputado Efraim Filho (PB), disse não ver mais espaço para isso e que a tentativa agora é negociar alterações no texto para garantir que não ocorra aumento da carga tributária com a taxação de 20% sobre os lucros e dividendos distribuídos pelas empresas aos acionistas.

"Achamos que a estimativa da Receita Federal sobre a arrecadação com os dividendos é conservadora e por isso estamos propondo um gatilho. Se a arrecadação superar a estimativa, em 2023 cairia a 17% ou 15%. Seria uma forma de calibrar", disse o líder do DEM na Câmara. "O que a gente vai defender é que o plenário não aprove dinheiro extra para os cofres do governo em detrimento de sacrifício para o setor produtivo", afirmou.

O gatilho recebeu veto da equipe econômica do governo, mas deverá ser sugerido em plenário como uma emenda com apoio do PSDB. A medida seria uma forma de atender as médias e grandes empresas, que poderão ter aumento da carga tributária dependendo de quanto distribuírem de lucro para seus proprietários ou acionistas.

As grandes e médias companhias reclamam ainda que o relator recuou na redução do imposto sobre o lucro das empresas. Inicialmente, Sabino chegou a propor corte no IRPJ e CSLL de 34% para 21,5% somados, mas a última versão estabelece as alíquotas em 24%, podendo ficar em 25,5% se a redução de incentivos tributários não compensar a diminuição de 1,5 ponto percentual na CSLL.

Em nota, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) disse que a mudança inibe investimentos e aumenta a carga tributária sobre as empresas "que mais podem fazer diferença para a prosperidade do país". Eles propõem um gatilho para a reduzir o IRPJ e a CSLL a 21,5% em 2024. A falta de suporte dos investidores, afirmou, fez o índice Bovespa cair de 127 mil pontos em 25 de junho, quando a reforma foi apresentada, para 121 mil pontos na sexta-feira.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) chamou o último parecer de "inaceitável" por, nas contas dela, aumentar a carga tributária das empresas/empresários de 34% para algo entre 39,2% e 40,4%.

A reforma, porém, ganhou mais força na Câmara com a decisão de isentar os dividendos das empresas do lucro presumido com faturamento de até R\$ 4,8 milhões. Isso fez com que esse grupo, que reúne médicos, advogados e arquitetos, entre outros, tenha redução de 10% no imposto pago hoje e passe a apoiar publicamente o parecer. As micro e pequenas empresas do Simples já estavam isentas da cobrança.

Outro impasse é com governadores e prefeitos, que afirmam que haverá perda de R\$ 8 bilhões de arrecadação. Parte dos parlamentares diz que essa resistência já estaria praticamente superada, mas o líder do MDB, deputado Isnaldo Bulhões (AL), que tem sido o principal porta-voz dessas insatisfações na Câmara, afirmou que ainda não há acordo. "Não recebi até agora uma proposta formal que demonstre que não haverá prejuízo para Estados e municípios", disse ontem à tarde. Os Estados, segundo o Valor apurou, querem que o corte no IRPJ seja de 7,5 pontos percentuais, menor que os 8,5 pontos percentuais propostos pelo relator, para a "conta fechar".